

	TERMOS DE USO Câmara Municipal de Pato Branco	Versão: 1.0
	Nível de confidencialidade: (X) Público () Restrito () Confidencial	Atualização: 10/09/2024

1. ACEITAÇÃO DO TERMOS DE USO

Os presentes Termos de Uso se referem a um contrato de adesão firmado entre o Usuário e o fornecedor deste serviço, a **Câmara Municipal de Pato Branco**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 76.898.768/0001-45, com endereço à Rua Araribóia, nº 491, Pato Branco/PR, CEP 85501-262, Brasil, telefone (46) 3272-1500.

O uso deste serviço está condicionado à aceitação/ciência dos termos e das políticas associadas. O Usuário deverá ler tais termos e políticas, certificar-se de havê-los entendido, estar consciente de todas as condições estabelecidas no Termo de Uso e se comprometer a cumpri-las.

Ao utilizar o serviço, o Usuário manifesta estar ciente/de acordo com relação ao conteúdo deste Termo de Uso e estará legalmente vinculado a todas as condições aqui previstas.

2. DEFINIÇÕES DO TERMO DE USO

Para os fins deste Termo de Uso, são aplicáveis as seguintes definições:

Agente Público: Todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nos órgãos e entidades da Administração Pública, direta e indireta.

Agentes de Estado: Inclui órgãos e entidades da Administração pública além dos seus agentes públicos.

Códigos maliciosos: São qualquer programa de computador, ou parte de um programa, construído com a intenção de provocar danos, obter informações não autorizadas ou interromper o funcionamento de sistemas e/ou redes de computadores.

Portal: Sites, aplicativos e plataformas por meio dos quais o Usuário acessa os serviços e conteúdos disponibilizados na internet pela Câmara Municipal de Pato Branco, aqui incluso o Site Institucional, o Sistema de Apoio ao Processo Legislativo (SAPL) e o Sistema de Protocolo e Tramitação de Documentos (1Doc), notadamente através do site patobranco.pr.leg.br e seus subdomínios como sapl.patobranco.pr.leg.br e https://cmpatobranco.1doc.com.br/.

Terceiro: Pessoa ou entidade que não participa diretamente em um contrato, ato jurídico ou negócio ou que, para além das partes envolvidas, pode ter interesse num processo jurídico.

Internet: Sistema constituído do conjunto de protocolos lógicos, estruturado em escala mundial para uso público e irrestrito, com a finalidade de possibilitar a comunicação de dados entre terminais por meio de diferentes redes.

Usuários (ou "Usuário", quando individualmente considerado): Todas as pessoas naturais que utilizarem os sites e aplicativos conforme acima definidos.

3. ARCABOUÇO LEGAL

O arcabouço legal aplicável ao serviço citar o Nome do Serviço compreende os seguintes atos legislativos e normativos:

- Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 - Marco Civil da Internet
Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil.
- Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação
Regula o acesso a informações previsto na Constituição Federal.
- Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017
Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do Usuário dos serviços públicos da administração pública.
- Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018
Dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.
- Lei nº 13.444, de 11 de maio de 2017
Dispõe sobre a Identificação Civil Nacional (ICN).
- Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012
Regulamenta a Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), que dispõe sobre o acesso a informações previsto na Constituição.
- Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018
Institui a Política Nacional de Segurança da Informação, dispõe sobre a governança da segurança da informação, e altera o Decreto nº 2.295, de 4 de agosto de 1997, que regulamenta o disposto no art. 24, caput, inciso IX, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dispõe sobre a dispensa de licitação nos

casos que possam comprometer a segurança nacional.

- Lei nº 12.737, de 30 de novembro de 2012
Dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informáticos.
- Lei nº 5.060, de 8 de dezembro de 2017
Dispõe sobre a Estrutura Organizacional, Administrativa e de Pessoal da Câmara Municipal de Pato Branco
- Decreto 9.591, de 24 de julho de 2023
Regulamenta a LGPD no Município de Pato Branco

4. DESCRIÇÃO DO SERVIÇO

- Site da Câmara Municipal de Pato Branco;
- Sistema de Apoio ao Processo Legislativo (SAPL) da Câmara Municipal de Pato Branco;
- Sistema de Protocolo e Tramitação de Documentos (1Doc) da Câmara Municipal de Pato Branco.

5. DIREITOS DO USUÁRIO DO SERVIÇO

De acordo com a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, são direitos básicos do Usuário:

- I. Participação no acompanhamento da prestação e na avaliação dos serviços;
- II. Obtenção e utilização dos serviços com liberdade de escolha entre os meios oferecidos e sem discriminação;
- III. Acesso e obtenção de informações relativas à sua pessoa constantes de registros ou bancos de dados, observado o disposto no inciso X do caput do art. 5º da Constituição Federal e na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;
- IV. Proteção de suas informações pessoais, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;
- V. Atuação integrada e sistêmica na expedição de atestados, certidões e documentos comprobatórios de regularidade; e
- VI. Obtenção de informações precisas e de fácil acesso nos locais de prestação do serviço, assim como sua disponibilização na internet, especialmente sobre:
 - a) horário de funcionamento das unidades administrativas;
 - b) serviços prestados pelo órgão ou entidade, sua localização exata e a indicação do setor responsável pelo atendimento ao público;
 - c) acesso ao agente público ou ao órgão encarregado de receber

- manifestações;
- d) situação da tramitação dos processos administrativos em que figure como interessado; e
 - e) valor das taxas e tarifas cobradas pela prestação dos serviços, contendo informações para a compreensão exata da extensão do serviço prestado.

6. RESPONSABILIDADES DO USUÁRIO

O Usuário se responsabiliza pela precisão e pela veracidade dos dados informados e reconhece que a inconsistência deles poderá implicar a impossibilidade de se utilizar o Portal da Câmara Municipal de Pato Branco.

Durante a utilização do Portal da Câmara Municipal de Pato Branco, a fim de resguardar e de proteger os direitos de terceiros, o Usuário se compromete a fornecer somente seus dados pessoais e não os de terceiros.

O login e senha só poderão ser utilizados pelo Usuário cadastrado. Ele se compromete em manter o sigilo da senha, que é pessoal e intransferível, não sendo possível, em qualquer hipótese, a alegação de uso indevido após o ato de compartilhamento.

O Usuário do serviço é responsável pela atualização dos seus dados pessoais e pelas consequências em caso de omissão ou erros nos dados fornecidos.

O Usuário é responsável pela reparação de todos e quaisquer danos, diretos ou indiretos (inclusive decorrentes de violação de quaisquer direitos de outros Usuários; de terceiros, inclusive direitos de propriedade intelectual; de sigilo; e de personalidade), que sejam causados à Administração Pública, a qualquer outro Usuário, ou ainda a qualquer terceiro, inclusive em virtude do descumprimento do disposto nestes Termos de Uso e Política de Privacidade ou de qualquer ato praticado a partir de seu acesso ao serviço.

A Câmara Municipal de Pato Branco não poderá ser responsabilizada pelos seguintes fatos:

- a) Equipamento infectado ou invadido por atacantes;
- b) Equipamento avariado no momento do consumo de serviços;
- c) Proteção do computador;
- d) Proteção das informações baseadas nos computadores dos Usuários;
- e) Abuso de uso dos computadores dos Usuários;
- f) Monitoração clandestina do computador dos Usuários;
- g) Vulnerabilidades ou instabilidades existentes nos sistemas dos Usuários;

- h) Perímetro inseguro;
- i) Em nenhuma hipótese, a Administração Pública Federal será responsável pela instalação, no equipamento do Usuário ou de terceiros, de códigos maliciosos (vírus, trojans, malware, worm, bot, backdoor, spyware, rootkit, ou de quaisquer outros que venham a ser criados), em decorrência da navegação no Portal da Câmara Municipal de Pato Branco pelo Usuário.

7. RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A Administração Pública se compromete a cumprir todas as legislações inerentes ao uso correto dos dados pessoais do cidadão de forma a preservar a privacidade dos dados utilizados no serviço, bem como a garantir todos os direitos e garantias legais dos titulares dos dados. Obriga-se, também, a promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas. É de responsabilidade da Administração Pública implementar controles de segurança para proteção dos dados pessoais dos titulares.

A Administração Pública poderá, quanto às ordens judiciais de pedido das informações, compartilhar informações necessárias para investigações ou tomar medidas relacionadas a atividades ilegais, suspeitas de fraude ou ameaças potenciais contra pessoas, bens ou sistemas que sustentam o Serviço ou de outra forma necessárias para cumprir com obrigações legais.

8. POLÍTICA DE PRIVACIDADE

A Política de Privacidade estabelecida pela Câmara Municipal de Pato Branco rege o tratamento de dados pessoais em seu Portal.

Essa Política específica faz parte de forma inerente do presente Termo de Uso, ressaltando-se que os dados pessoais tratados em decorrência da prestação dos serviços aqui descritos serão tratados nos termos da legislação em vigor.

Para mais informações acesse nossa política de privacidade através do endereço patobranco.pr.leg.br/privacidade.

9. MUDANÇAS NOS TERMOS DE USO

A presente versão 1.0 destes Termos de Uso foi criada em 10/09/2024.

A Câmara Municipal de Pato Branco se reserva o direito de modificar no site, a qualquer momento, as presentes normas, especialmente para adaptá-las às evoluções dos serviços prestados em seu Portal, seja pela disponibilização de novas funcionalidades, seja pela supressão ou modificação daquelas já existentes.

Qualquer alteração e/ou atualização dos Termos de Uso e da Política de Privacidade passará a vigorar a partir da data de sua publicação no próprio Portal e deverá ser integralmente observada pelos Usuários.

10. INFORMAÇÕES PARA CONTATO

Em caso de dúvidas relacionadas, entre em contato através dos nossos canais de atendimento: legislativo@patobranco.pr.leg.br

11. FORO

Estes Termos serão regidos pela legislação brasileira. Qualquer reclamação ou controvérsia com base nestes Termos será dirimida exclusivamente na Comarca de Pato Branco/PR.

Sem prejuízo de qualquer outra via administrativa ou judicial disponível, todos os titulares de dados pessoais têm direito a apresentar reclamação à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

HISTÓRICO DE VERSÕES			
Data	Versão	Descrição	Autoria
10/09/2024	1.0	Termos de Uso	Luana Varaschim Perin